



MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: PERCEPÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DE SALVADOR, BAHIA.

Arlene Fernandes Silva - Universidade Católica do Salvador, Graduação em Ciências Biológicas, Salvador, BA. ;
Priscila Maria dos Santos Silva - Universidade Federal da Bahia, Mestrado Profissional em Ecologia aplicada a Gestão Ambiental, Salvador, BA. Ênio Estevam de Santana – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Especialização em Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, Lauro de Freitas, Bahia.

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas no padrão de consumo dos brasileiros nos últimos anos, além do aumento do poder de compra, modificou a composição dos resíduos sólidos urbanos e trouxe uma série de materiais aos aterros que poderiam ter uma maior vida útil, mas são trocados para atender a demanda de atualizações dos produtos cada vez mais descartáveis. Muitos desses produtos são acondicionados em embalagens recicláveis, mas nem sempre são enviados às indústrias de reciclagem por falta de políticas públicas eficazes. Segundo Caldeira *et al* (2009), as prefeituras e a coletividade tem o dever de prover o acesso a população à adequadas soluções sanitárias, porém uma grande parcela da população não tem acesso a estes serviços. O problema é agravado, pois não depende somente da realização dos serviços de coleta pelos municípios, mas também da participação efetiva da população para que as pessoas possam contribuir com a disposição correta desses resíduos. No mundo moderno e civilizado, cada cidade deveria buscar o melhor tratamento a ser dado ao lixo que produz, mesmo havendo muitas outras prioridades (MOURA & SOCAL, 2001). De acordo com o Plano Básico de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos de Salvador - PBLU, a execução de um plano de limpeza urbana deve ser prioritária e suficiente para atender as urgências dos serviços públicos com planejamento estruturado e de base sólida (LIMPURB, 2007). Os ajustes nos modelos de gerenciamento devem ser realizados de acordo com as necessidades da região, possibilitando aos gestores uma eficiência no processo. No Brasil, as administrações municipais, enfrentam dificuldades técnicas e administrativas para realizar uma gestão adequada e eficiente dos resíduos sólidos urbanos (BESEN & RIBEIRO, 2008). Essas dificuldades poderiam ser minimizadas se as parcerias entre o poder público e as associações e/ou cooperativas fossem mais sólidas, através de políticas públicas eficazes das prefeituras. Nesse contexto, averiguar a percepção do gestor municipal é de vital importância, pois através dela são percebidas as carências e os pontos que poderão ser melhorados em todas as etapas relacionadas com a geração de resíduos na cidade.

OBJETIVOS

Investigar a percepção dos gestores municipais sobre o atual modelo de gestão dos resíduos sólidos de Salvador, Bahia.

MATERIAL E MÉTODOS

Buscas eletrônicas em sites de bancos de dados oficiais para consultas de artigos indexados, além de visitas aos acervos de bibliotecas públicas e privadas, e da Empresa de Limpeza Urbana do Salvador - LIMPURB. Entrevista semi estruturada com responsável pela Assessoria de Planejamento da Empresa de Limpeza Urbana de Salvador, na qual foram abordados temas como o modelo de gestão de resíduos da cidade, coleta seletiva, reciclagem, entre outros aspectos.

RESULTADOS

Através das pesquisas e da aplicação do questionário pode-se constatar que o modelo de gestão de resíduos do município não atende as necessidades da cidade, visto que é o mesmo há mais de trinta anos, necessitando ser reformulado para se adequar ao crescimento acelerado da população e as mudanças frente às questões sociais e ambientais, além das novas legislações em vigor. O plano de gerenciamento também precisa de adequação. De acordo com a Assessoria de Planejamento da Empresa de Limpeza Urbana de Salvador, o sistema de coleta seletiva da cidade é ruim, pois as 22 cooperativas existentes no município atuam de forma inadequada e sem apoio suficiente do Poder Público, aliada aos mais de 2.000 catadores que realizam catação, rasgando os sacos e espalhando o lixo nas vias e logradouros públicos. Para atender a crescente demanda de produção de resíduos na cidade, e promover a sustentabilidade da gestão dos resíduos com inclusão social, os programas de coleta seletiva e reciclagem deveriam ser fortalecidos com o auxílio da prefeitura as cooperativas, já que a grande maioria tem dificuldade em conseguir recursos para gerir o negócio. O município diminuiu a quantidade de coletores nos logradouros (postos de coleta voluntária), por constatar que a coleta seletiva realizada nesses moldes representa um grande custo x benefício. Também foi observado que os coletores eram depredados pela população, que colocava detritos juntamente com o material reciclável.

DISCUSSÃO

O modelo de coleta seletiva por cooperativas tem se mostrado mais vantajoso para a realidade atual do município, a medida que reduz os custos de coleta, gera mais renda, incorpora os catadores no sistema, entre outros, se comparada ao modelo dos postos de coleta voluntária (LIMPURB, 2007). Atualmente coletores para material reciclável são facilmente encontrados em grandes centros geradores como shoppings, supermercados e em instituições educacionais que firmam convênios com associações que recolhem o material disponibilizado. A participação da população na melhoria do modelo de gestão poderia ser aumentada. Para Simonetto & Borenstein (2006), problemas de ordem cultural seriam minimizados graças a campanhas de sensibilização de veículos de comunicação e do poder público, auxiliando na separação dos resíduos destinados a coleta. Com relação ao aprimoramento do sistema de gestão são sugeridos: 1) Fortalecimento das cooperativas de catadores, através do apoio do poder público facilitando a obtenção de todo o aparato necessário à instalação das cooperativas, 2) Participação social, por meio da separação dos resíduos sólidos e do material reciclável, para ser disponibilizado para as cooperativas e, 3) Fiscalização e educação ambiental mais abrangente e continuada, a ser realizada por funcionários da LIMPURB nas escolas e nas comunidades.

CONCLUSÃO

Na visão da Assessoria de Planejamento todas as condutas necessárias ao bom funcionamento do sistema de gestão de resíduos sólidos do município, estão expressas na Lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (nº 12.305/10) e seu decreto 7.404/10, e deveriam ser conhecidos pela população em geral, pois também tratam dos deveres do poder público (federal, estadual e municipal), em relação à destinação dos resíduos e aos planos de gerenciamento de cada localidade. Para que a sustentabilidade seja atingida, as pessoas devem dispor de instrumentos como educação ambiental e facilidade aos pontos de coleta. E ao poder público cabe o auxílio às cooperativas e associações de catadores melhorando a qualidade de vida de todos que vivem no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESEN, G. R.; RIBEIRO, H. Indicadores de sustentabilidade para programas municipais. Disponível em http://hygeia.fsp.usp.br/siades/documentos/Publicacoes/Artigo_13f.pdf. Acesso em 25 abril 2011.

BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos que altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília. 2010a.

BRASIL. Decreto 7404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº12305, de 2 de agosto de 2010, que institui a a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Brasília. 2010b.

CALDEIRA, M. M.; REZENDE, S.; HELLER, L. Estudo dos determinantes da coleta de resíduos sólidos em Minas Gerais. Revista Engenharia Sanitária e Ambiental, v.14, n.3, jul/set, p. 391-400, 2009.

LIMPURB. Plano Básico de Limpeza Urbana. Empresa de Limpeza Urbana de Salvador. 2007.

MOURA, S. S.; SOCAL, E. S. Resíduos sólidos: produtos recicláveis na escola de ensino fundamental São Vicente de Paulo-Santamaria-RS. Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, v.2, n.1, p. 169-178, 2001.

SIMONETTO, E. de O.; BORENSTEIN, D. Gestão operacional da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos-abordagem utilizando um sistema de apoio à decisão. Revista Gestão & Produção, v. 13, n.3, p. 449-461, set.-dez. 2006.